Relatório e Contas | Junho

gestão de ativos
sgoic

2026

IMGA Alocação Dinâmica

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Relatório de Auditoria	49

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O fundo foi constituído em 14 de agosto de 1995 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, tendo em 2015 alterado a sua denominação de Millennium Prestige Valorização para IMGA Prestige Valorização, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

No sentido de aproximar a designação comercial à sua Política de Investimento e facilitar uma mais correta perceção do risco, alterou a sua denominação em 11 de janeiro de 2018, passando a denominar-se IMGA Alocação Dinâmica.

Em 26 de outubro de 2018 realizou-se a fusão por incorporação do Fundo IMGA Dedicado Valorização – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível no Fundo IMGA Alocação Dinâmica – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto.

A partir de 28 de novembro de 2019 passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 3 de maio de 2021.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7% em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, percetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem "apenas" 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de "apenas" 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield)* foi equivalente, com o alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro *(carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais indices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Síntese da Evolução dos Mercados

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's

IMGA GV Portuguese Corporate Debt

A **6 de janeiro** foi constituída a **Categoria G** do fundo.

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **12 de fevereiro** foi constituída a **Categoria D** do fundo.

IMGA Rendimento Mais

A **19 de fevereiro** foi constituída a **Categoria R** do fundo.

IMGA Money Market USD

A **23 de março** foi constituída a **Categoria I** do fundo.

IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30%

A **3 de junho** foi autorizada pela CMVM a constituição do organismo de investimento coletivo **IMGA Obrigações Corporate 2028 - 2,30% - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**.

Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.

Em janeiro a IMGA foi incluída como entidade comercializadora dos fundos **IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.**

Em março foi incluída a Plural Markets como entidade comercializadora dos fundos IMGA.

Em abril, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **Banco Invest** como entidade comercializadora.

Em maio o **BNI Europa** passou a ser entidade comercializadora do fundo **IMGA Rendimento Mais**.

Em junho, o fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** passou a incluir o **ActivoBank** como entidade comercializadora.

Em junho foi comunicado o início de atividade do **Banco do Brasil – Sucursal em Portugal**, como primeiro agente vinculado da IMGA.

Principais Eventos

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela Sociedade

A **18 de fevereiro** foi realizada a primeira atualização anual dos documentos constitutivos dos fundos IMGA, tendo sido publicadas novas versões desses documentos e promovida a sua disponibilização junto dos comercializadores e no site da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2025.

Liquidação de Fundos

A **31 de janeiro**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Financial Bonds 3y 2,25 – Serie I.**

A **30 de junho**, pelo termo da sua duração, procedeu-se à dissolução do fundo **IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I.**

Eventos Regulatórios

A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

A **30 de junho** foi publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2025.

Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros, resultante da incerteza associada ao crescimento económico mundial, às tensões geopolíticas e à evolução das expectativas relativamente à política monetária das principais economias. Apesar deste enquadramento exigente, a forte recuperação dos mercados acionistas, após a correção observada no primeiro trimestre, permitiu que os fundos multiativos e PPR registassem desempenhos globalmente positivos, beneficiando da diversificação das carteiras e da gestão ativa da alocação de ativos.

No conjunto dos fundos multiativos e PPR geridos pela IMGA, os ativos sob gestão ascendiam a cerca de 1.510 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um ligeiro aumento face ao final de 2025. Esta evolução foi influenciada por resgates registados em algumas estratégias de perfil mais conservador e de poupança-reforma, parcialmente compensados pela valorização dos mercados financeiros e pela procura registada em determinados fundos de perfil mais dinâmico.

Os fundos multiativos demonstraram capacidade de adaptação a um contexto de mercado particularmente exigente. Destacou-se o IMGA Flexível, com uma rendibilidade de cerca de 5,3% no semestre, beneficiando da exposição aos mercados acionistas internacionais. Também os fundos IMGA Alocação Dinâmica, IMGA Alocação Moderada e IMGA Alocação Conservadora registaram desempenhos positivos de aproximadamente 9,4%, 4,6% e 3,1%, respetivamente, refletindo a recuperação dos ativos de risco e o contributo positivo da componente obrigacionista. O IMGA Alocação Defensiva apresentou igualmente uma rendibilidade positiva próxima de 2,1%.

No segmento dos PPR, os resultados foram também favoráveis. O IMGA Crescimento PPR, lançado no final de 2025, registou uma valorização superior a 10% no semestre, refletindo o desempenho de uma estratégia de longo prazo com maior exposição a ações. O IMGA Investimento PPR apresentou uma rendibilidade próxima de 4,5%, enquanto o IMGA Poupança PPR valorizou cerca de 3,1% no período. Estes resultados evidenciam a diversidade da gama PPR da IMGA, dirigida a diferentes perfis de risco e horizontes de investimento.

Em termos de fluxos de investimento, observou-se uma procura seletiva por soluções com maior potencial de valorização. Destacou-se o IMGA Investimento PPR, com subscrições líquidas positivas de cerca de 1,5 milhões de euros, bem como o IMGA Crescimento PPR, que continuou a captar novos investidores após o seu lançamento.

A gestão manteve uma abordagem prudente e disciplinada ao longo do semestre, procurando equilibrar a preservação do capital com a participação nas oportunidades proporcionadas pelos mercados. A diversificação das carteiras por classes de ativos, geografias e estilos de investimento continuou a constituir um elemento central da estratégia, contribuindo para a resiliência dos fundos num contexto de mercado exigente.

Apesar da volatilidade observada durante parte do período, os fundos multiativos e PPR da IMGA evidenciaram capacidade de adaptação e de geração de valor para os participantes, mantendo o foco na preservação e no crescimento sustentável do património investido a longo prazo.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	4,17%	3,45%	3	4,50%	3,80%	3	0,27%	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	3,74%	3,46%	3	4,39%	3,81%	3	0,22% (*)	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,03%	4,85%	3	5,27%	4,69%	3	0,64%	5,60%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	6,31%	4,88%	3	5,94%	4,87%	3	1,03%	5,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	8,76%	5,56%	4	6,94%	6,07%	4	2,28%	6,77%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	8,78%	5,57%	4	7,14%	6,15%	4	2,39%	6,82%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	16,84%	9,46%	4	10,65%	9,68%	4	4,98%	10,08%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	16,88%	9,48%	4	10,71%	9,70%	4	4,99%	10,10%	5
IMGA FLEXIVEL CAT A	10,10%	6,18%	4	5,81%	5,25%	4	1,14%	5,82%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	10,17%	6,23%	4	5,85%	5,27%	4	1,16%	5,85%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	6,16%	3,16%	3	5,21%	3,07%	3	1,79%	3,26%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,01%	4,84%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,01%	4,83%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	8,55%	5,53%	4	6,75%	6,05%	4	2,13%	6,76%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	8,54%	5,54%	4	6,75%	6,04%	4	2,07%	6,76%	4
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FA (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FR (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	12,39%	6,33%	4	8,13%	6,85%	4	3,25%	6,99%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	11,29%	5,86%	4	7,76%	6,28%	4	3,10%	6,46%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	7,73%	4,43%	3	6,08%	4,71%	3	1,78%	4,97%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	4,32%	3,06%	3	4,28%	3,33%	3	0,36%	3,76%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre de 2026 foi bastante positivo para o Fundo, apesar da volatilidade induzida pelos acontecimentos geopolíticos, nomeadamente a situação no Médio Oriente.

O ano iniciou-se com uma perspetiva de manutenção do ritmo de crescimento global próximo do potencial, suportado pela política fiscal (EUA, Alemanha, Japão, entre outros) e monetária em vários países. Existiam algumas incertezas quanto à evolução futura do mercado laboral e da inflação nos EUA, nomeadamente devido ao impacto das políticas do presidente Trump (comercial/tarifas, fiscal/"One Big Beautiful Bill", imigração, regulatória e energética) e da adoção da Inteligência Artificial; à vontade da China em endereçar verdadeiramente alguns temas domésticos relevantes; à rentabilização dos montantes que estavam a ser investidos em Inteligência Artificial, e quanto aos riscos geopolíticos existentes, nomeadamente na Ucrânia e em Israel, mas também quanto a novos focos que poderiam ganhar importância, como Taiwan ou o Irão.

As perspetivas positivas ao nível do crescimento e da inflação levaram-nos a posicionar o portfolio de uma forma pró-risco, com uma sobreponderação a ações e a alternativos e uma subponderação a *cash*. Nas obrigações, preferíamos a exposição a crédito, mantendo uma subponderação a duração, uma vez que as expetativas de inflação estavam relativamente ancoradas, e o "*term premium*" podia ser pressionado por fatores como o aumento da oferta de divida pública, para financiar o investimento em infraestruturas e defesa, e pela instabilidade política em França. Nos EUA, o posicionamento em termos de duração também era defensivo uma vez que a inflação se mantinha acima do *target*, a independência da Reserva Federal se encontrava posta em causa e as políticas erráticas de Donald Trump, como foi o caso das tarifas, afastavam os investidores da dívida pública norte-americana.

Ao nível do crédito, embora existisse um risco assimétrico ao nível dos spreads, o "*carry*" continuava atrativo num contexto macro benigno que deveria suportar os spreads e manter os incumprimentos (*default rates*) a um nível baixo. A grande convicção estava, no entanto, nas ações, onde antecipávamos retornos positivos em todas as geografias, com destaque pela positiva para os mercados emergentes. O crescimento dos resultados, dado o crescimento económico global saudável, suportado por políticas fiscais expansionistas (EUA, Alemanha, Japão) e por bancos centrais a cortar as taxas de juro (Reserva Federal, Banco de Inglaterra), deveria ser o maior impulsionador dos mercados acionistas, num contexto em que os múltiplos até poderiam sofrer uma correção, dada a expansão recente e os níveis historicamente exigentes onde se encontravam. Ao nível do posicionamento, este não se encontrava extremado, com muitos a recearem uma bolha no segmento de Inteligência artificial.

Nos alternativos, continuávamos positivos, dado se tratarem de importantes diversificadores em termos das fontes de risco e de retorno, estando especialmente otimistas para fundos de retorno absoluto como os Merger Arbitrage e os Equity Market Neutral e para metais preciosos, nomeadamente o ouro, dada a tendência de diversificação das reservas por parte dos Bancos Centrais; a tendência para a Política Monetária se tornar menos restritiva; o *momentum* positivo do mercado relativamente a esta matéria-prima e os crescentes conflitos geopolíticos.

Em termos cambiais, estávamos negativos para o dólar, dada a independência da Fed estar a ser posta em causa, as perspetivas de corte de juros por parte da Fed, os défices gémeos, e o momentum negativo potenciado pela diminuição do papel de ativo de refúgio do USD e pela perda de peso nas reservas dos Bancos Centrais e no comércio internacional.

Este posicionamento revelou-se acertado logo no início do ano, uma vez que os mercados acionistas e de crédito começaram o ano de forma positiva impulsionados pelos dados económicos robustos, apesar do aumento de volatilidade derivado essencialmente de uma escalada do risco geopolítico, nomeadamente com o tema da Venezuela, em que o seu presidente foi capturado pelos EUA, da Gronelândia e dos protestos no Irão. Este contexto impulsionou também os metais preciosos, com o ouro e a prata a valorizarem de forma significativa.

O ataque dos EUA e Israel ao Irão, a 28 de fevereiro, acabaram por alterar o sentimento dos investidores, fazendo disparar o preço do petróleo e os riscos inflacionistas; recuar o sentimento dos agentes económicos; aumentar os receios de um cenário de estagflação e desencadear uma correção transversal nos mercados financeiros.

Informação relativa à Gestão do Fundo

As ações globais caíram de forma expressiva, os spreads alargaram e as taxas de juro subiram, penalizadas pela subida das expectativas de inflação e pela perspetiva de políticas monetárias mais restritivas do que o antecipado anteriormente.

O Fundo acabou por ser penalizado em março, uma vez que a grande maioria dos segmentos dos mercados financeiros desvalorizaram. Em termos de posicionamento, foi reduzida a exposição acionista logo nos primeiros dias do conflito, uma vez que os riscos macroeconómicos aumentaram consideravelmente. Por outro lado, o aumento das taxas de juro para níveis mais atrativos, levaram a uma redução do *underweight* a duração. A exposição a ações foi posteriormente aumentada, com a perceção de que havia abertura entre os EUA e o Irão para negociar um acordo, e de que esse seria do interesse de ambas as partes, nomeadamente na medida em que o presidente norte-americano tem eleições intercalares para o Congresso este ano e a sua popularidade foi penalizada por este conflito, e por outro lado, os líderes iranianos têm interesse em melhorar a situação económica do pais com vista à manutenção do poder, que recentemente havia sido fortemente contestado. Este reposicionamento a ações, viria a provar-se adequado uma vez que o segundo trimestre do ano seria de forte valorização para os mercados acionistas, não só pelos resultados empresariais, que foram fortemente revistos em alta, impulsionados pelo forte investimento em tecnologia que se registou a nível global, como pelo facto da tensão entre os EUA e o Irão ter diminuído, alcançando-se inclusivamente um cessar-fogo e um memorando de entendimento entre ambos os países, o que fez diminuir o preço do petróleo e os riscos macroeconómicos. No decorrer deste trimestre a duração também foi incrementada uma vez que os níveis das taxas de juro se tornaram mais interessantes, nomeadamente por incorporarem expetativas de subidas de taxas de juro relativamente agressivas.

O Fundo foi, desta forma, beneficiado pelo seu posicionamento pró-risco no semestre, nomeadamente na exposição a dívida empresarial e ações. Os fundos de retorno absoluto também foram promotores de performance, sendo que a exposição a metais preciosos acabou por penalizar o Fundo, dada a alteração das perspetivas de atuação da Reserva Federal e a valorização do dólar.

No final de junho, o IMGA Alocação Dinâmica apresentou, na categoria A, uma rendibilidade de 9,4% no semestre e de 16,8% a 12 meses; e, na categoria R, 9,4% no semestre e 16,9% a 12 meses.

O valor líquido global totalizou 94,1M€, representando um aumento de 12,0% face ao final de 2025. As vendas líquidas foram positivas em 2,2M€, com efeito de mercado positivo de 7,9M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	**Rendimento Fixo**	**Rendimento Variável**	**Número a 30/06/2026**
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número a 30/06/2026**
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as **Categorias C** e **R** do **fundo IMGA Obrigações Corporate 2028 – 2,30%**.

A **21 de agosto** foi aprovada pela CMVM a constituição do **fundo Adamastor PPR/OICVM.**

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição:
14 de agosto de 1995

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:
(30 de junho de 2026)

94 088 629 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Jun/2026
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A											
Rendibilidade	0,5%	7,3%	-12,2%	18,6%	1,8%	15,9%	-15,8%	9,9%	11,9%	6,7%	9,3%
Risco (nível)	5	3	5	4	6	4	5	4	4	5	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R											
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-15,8%	10,1%	11,9%	6,7%	9,4%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	5	4	4	5	5

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo investe numa perspetiva global, com predominância nos mercados europeus e norte-americano e, complementarmente, nos mercados dos países da OCDE e de economias denominadas de emergentes.

O fundo investe em unidades de participação de outros fundos de investimento. Seguirá as seguintes alocações em termos do seu valor líquido global: máximo de 60% em obrigações e máximo de 100% em ações, sendo a componente acionista sempre superior a 35%.

O fundo não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade e poderá utilizar instrumentos derivados para aumento de exposição, podendo daí advir um risco adicional, que não pode exceder, a todo o momento, 100% da perda potencial máxima a que o património do fundo, sem instrumentos financeiros derivados, estaria exposto.

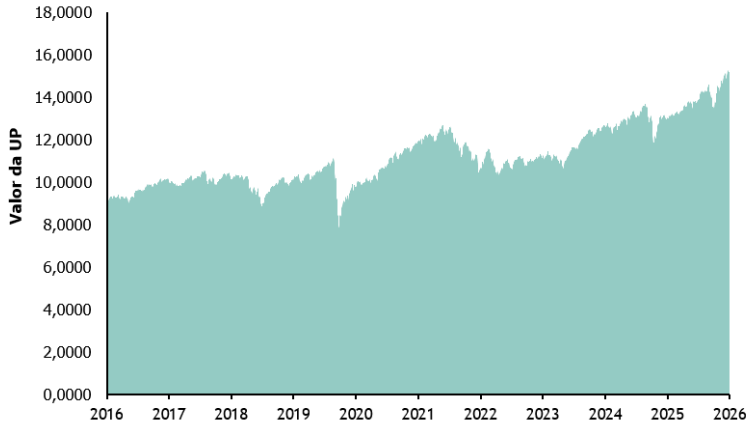
A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. A entidade responsável pela gestão escolherá, de entre os instrumentos financeiros, aqueles que em cada momento entender que melhor potenciam a rentabilidade do Fundo, em cada classe de ativos em que investe os seus capitais, privilegiando entidades que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de investimento.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

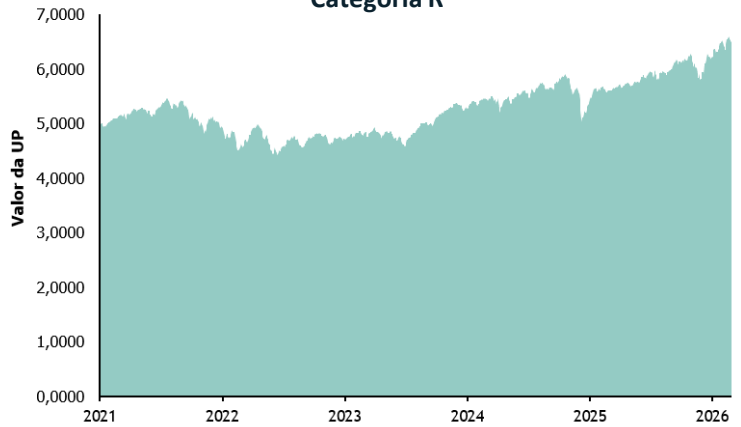
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria A



Categoria R



Notas Informativas

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025	30.06.2026
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A						
Nº. UP´s em circulação	6 563 728,2235	7 159 216,3532	6 543 113,8479	6 008 889,0618	6 020 788,5989	6 180 051,4354
Valor Unitário UP (Euro)	12,5811	10,5966	11,6509	13,0398	13,9177	15,2187
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R						
Nº. UP´s em circulação	200,4009	2 255,7639	832,9158	29 959,8525	32 594,5241	5 555,5601
Valor Unitário UP (Euro)	5,4137	4,5564	5,0147	5,6149	5,9930	6,5549

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

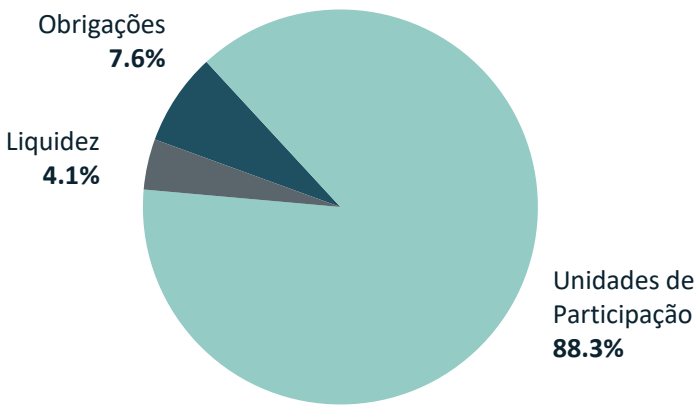
(valores em euro)

	30.06.2026
Valores mobiliários	90 091 564
Saldos bancários	618 253
Outros ativos	5 006 425
Total dos ativos	95 716 242
Passivos	1 627 614
Valor Líquido de Inventário	94 088 629

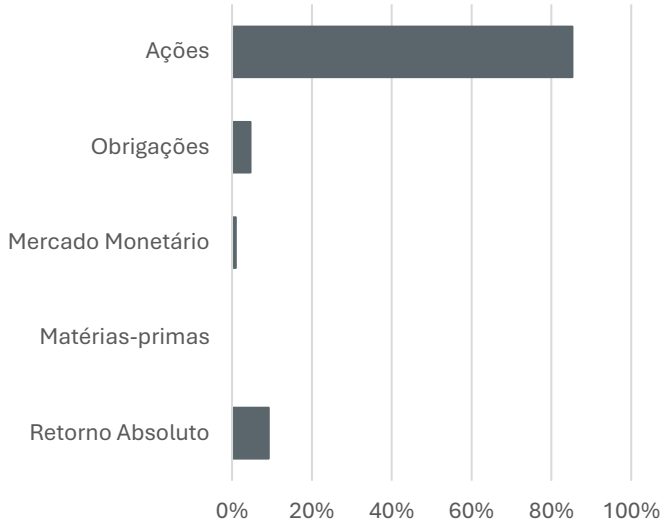
Notas Informativas

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

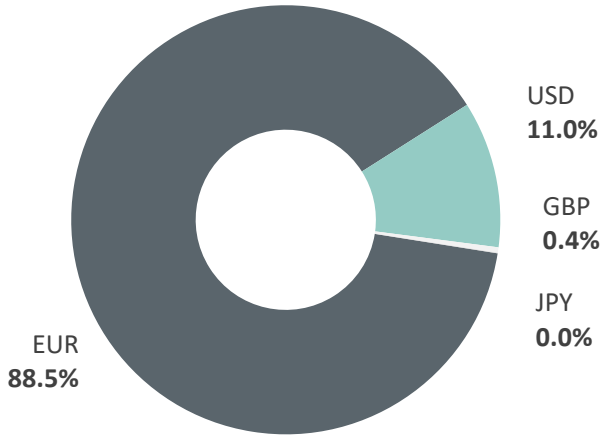
Carteira Ativos



Unidades de Participação



Exposição Cambial



Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	6 943 742	94 711	-	7 038 452	28 441	7 066 893	8%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	73 659 021	9 521 068	126 977	83 053 112	-	83 053 112	92%
TOTAL	80 602 762	9 615 779	126 977	90 091 564	28 441	90 120 005	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	78 552
Outros investimentos	15 761
Mais-valias de investimento	20 994 635
Custos	
Custos de gestão	(629 238)
Custos de depósito	(21 697)
Outros encargos, taxas e impostos	(130 209)
Menos-valias de investimentos	(12 450 032)
Lucro líquido	7 857 772
Lucros distribuídos	-

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	9 753 769
Resgates	(7 513 645)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A		IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	76 232 777	11,6509	4 177	5,0147
31.12.2024	78 354 667	13,0398	168 220	5,6149
31.12.2025	83 795 394	13,9177	195 339	5,9930
30.06.2026	94 052 213	15,2187	36 416	6,5549

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2025	Compras	Vendas	30.06.2026	+/- Valias
Operações Cambiais	3 758 457	16 278 732	(19 144 461)	879 301	(147 753)
Operações sobre Taxas de Juro	9 959 622	61 552 977	(62 634 122)	8 852 564	(34 928)
Operações sobre Índices	2 567 983	48 879 016	(42 840 164)	9 105 627	465 365

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

ATIVO

Código	Designação	30.06.2026 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2025 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	6 943 742	94 711		7 038 452	
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	73 659 021	9 521 068	(126 977)	83 053 112	81 508 383
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	80 602 762	9 615 779	(126 977)	90 091 564	81 508 383
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	4 977 505			4 977 505	1 783 018
	Total dos Valores a Receber	4 977 505			4 977 505	1 783 018
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	618 253			618 253	3 021 013
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	618 253			618 253	3 021 013
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	28 920			28 920	479
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	28 920			28 920	479
	TOTAL DO ATIVO	86 227 440	9 615 779	(126 977)	95 716 242	86 312 893
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				6 180 051	6 020 789
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				5 556	32 595

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	30 802 206	30 142 679
62	Variações Patrimoniais	32 717 076	31 136 478
64	Resultados Transitados	22 711 576	17 540 436
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	7 857 772	5 171 140
	Total do Capital do OIC	94 088 629	83 990 733
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	74 369	79 164
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	116 180	110 704
424+...+429	Outras contas de Credores	1 429 342	2 120 102
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	1 619 890	2 309 970
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	7 245	11 712
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	478	478
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	7 723	12 191
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	95 716 242	86 312 893
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	15.2187	13.9177
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	6.5549	5.9930

Balanço

(Valores em EUR) Data: 30.06.2026

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	879 301	3 758 457
	Total	879 301	3 758 457
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	11 748 414	9 959 622
	Total	11 748 414	9 959 622
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	9 105 627	4 489 234
	Total	9 105 627	4 489 234
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS	21 733 341	18 207 313
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	2 895 850	1 921 251

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	2 895 850	
	Total	2 895 850	
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		1 921 251
	Total		1 921 251
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	2 895 850	1 921 251
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	21 733 341	18 207 313

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em EUR) Data: **30.06.2026**

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 30.06.2025
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	762	1 038
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	85 806	40 901
724+…+728	Outras Operações Correntes	657 623	586 073
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 653 301	2 063 458
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	10 796 731	9 363 525
	Impostos		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	33 808	44 456
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	3 145	2 440
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	13 231 176	12 101 891
79	Outros custos e perdas das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	7 857 772	
	TOTAL	21 088 948	12 101 891

PROVEITOS E GANHOS

Código	Designação	Períodos 30.06.2026	Períodos 30.06.2025
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	27 822	
811+814+827+818	De Operações Correntes	15 103	15 920
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	35 628	32 360
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	9 398 736	4 635 307
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	11 595 899	7 244 931
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	3	1
	Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	21 073 191	11 928 519
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	14 759	
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	999	703
	Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	15 758	703
66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		172 669
	TOTAL	21 088 948	12 101 891

(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 723 079	2 563 308	F - E	Resultados Eventuais	15 758	703
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	799 168	(2 118 594)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	7 857 772	(172 669)
B-A	Resultados Correntes	7 842 014	(173 372)	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	7 857 772	(172 669)

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-26		30-jun-25	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		9 753 769		5 357 925
Subscrição de unidades de participação	9 753 769		5 357 925	
PAGAMENTOS:		7 518 440		5 593 778
Resgates de unidades de participação	7 518 440		5 593 778	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		2 235 329		(235 853)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		98 590 564		45 691 332
Venda de títulos e outros ativos	0		1 456 676	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	98 527 925		44 213 473	
Rendimento de títulos e outros ativos	35 628		21 182	
Juros e proveitos similares recebidos	27 012		0	
PAGAMENTOS:		102 140 089		41 978 562
Compra de títulos e outros ativos	6 971 372		1 534 781	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	95 082 571		40 402 537	
Comissões de corretagem	84 749		39 858	
Outras taxas e comissões	58		35	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	1 338		1 351	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(3 549 525)		3 712 770
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		29 205 291		21 639 179
Operações cambiais	1 062 271		1 686 867	
Operações de taxa de juro	3 883 969		1 085 822	
Operações sobre cotações	6 035 532		4 445 551	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	5 363 860		5 127 471	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	12 859 660		9 293 468	
PAGAMENTOS:		29 624 147		23 328 359
Operações cambiais	1 210 024		2 023 672	
Operações de taxa de juro	3 918 897		1 119 197	
Operações sobre cotações	5 570 167		4 365 925	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	5 746 004		6 590 791	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	13 179 055		9 228 774	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(418 856)		(1 689 180)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		15 103		15 920
Juros de depósitos bancários	15 103		15 920	
PAGAMENTOS:		688 608		643 255
Juros devedores de depósitos bancários	762		1 065	
Comissão de gestão	630 642		592 016	
Comissão de depósito	22 293		20 254	
Taxa de supervisão	7 566		6 943	
Impostos e taxas	27 345		22 978	
Fluxo das operações de gestão corrente		(673 506)		(627 335)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		15 758		703
Ganhos extraordinários	15 758		703	
PAGAMENTOS:		11 960		0
Outros pagamentos de operações eventuais	11 960		0	
Fluxo das operações eventuais		3 798		703
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**(2 402 760)**		**1 161 104**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**3 021 013**		**1 203 129**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**618 253**		**2 364 233**

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Alocação Dinâmica – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 14 de agosto de 1995, tendo iniciado a sua atividade nessa data. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade a médio/longo prazo com prémio sobre os instrumentos de mercado monetário, através do investimento equilibrado (direta ou indiretamente) em instrumentos financeiros de caraterísticas diversificadas em termos de classes de ativos, áreas geográficas e divisas.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, foi de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos) para a Categoria A e de cinco euros para a Categoria R.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2025	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R			
Valor base	30 142 679	3 350 709	1 607	(2 555 988)	(136 801)			30 802 206
Diferença p/Valor Base	31 136 478	6 401 021	433	(4 787 753)	(33 103)			32 717 076
Resultados acumulados	17 540 436					5 171 140		22 711 576
Resultados do período	5 171 140					(5 171 140)	7 857 772	7 857 772
SOMA	83 990 733	9 751 730	2 040	(7 343 741)	(169 905)	-	7 857 772	94 088 629
Nº de Unidades participação								
Categoria A	6 020 789	671 485		(512 222)				6 180 051
Categoria R	32 595		321		(27 360)			5 556
Valor Unidade participação								
Categoria A	13.9177							15.2187
Categoria R	5.9930							6.5549

Em 30 de junho de 2026 existiam 4 907 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A			Categoria R			Total	
	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	15.2187	94 052 213	6 180 051	6.5549	36 416	5 556	94 088 629	6 185 607
	31-03-26	13.5134	80 912 479	5 987 578	5.8187	189 657	32 595	81 102 136	6 020 173
Ano 2025	31-12-25	13.9177	83 795 394	6 020 789	5.9930	195 339	32 595	83 990 733	6 053 383
	30-09-25	13.4131	79 656 513	5 938 746	5.7755	178 266	30 866	79 834 779	5 969 612
	30-06-25	13.0251	78 072 815	5 994 070	5.6083	173 106	30 866	78 245 921	6 024 936
	31-03-25	12.8347	77 082 509	6 005 793	5.5264	170 578	30 866	77 253 087	6 036 660
Ano 2024	31-12-24	13.0398	78 354 667	6 008 889	5.6149	168 220	29 960	78 522 887	6 038 849
	30-09-24	12.8893	77 717 731	6 029 664	5.5500	161 127	29 032	77 878 858	6 058 696
	30-06-24	12.6319	76 585 502	6 062 889	5.4391	6 921	1 272	76 592 423	6 064 162
	31-03-24	12.4880	78 112 589	6 255 039	5.3769	6 643	1 235	78 119 231	6 256 274

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	-
10% ≤ UPs < 25%	-	3
5% ≤ UPs < 10%	-	1
2% ≤ UPs < 5%	-	2
0.5% ≤ UPs < 2%	15	2
UPs < 0.5%	4 309	-
TOTAL	4 324	8

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 2.6% 31/05/31	3 876 272	37 231	-	3 913 502	8 441	3 921 943
Buoni Poliennali Del Tes 4% 30/04/35	3 067 470	57 480	-	3 124 950	20 000	3 144 950
	6 943 742	94 711	-	7 038 452	28 441	7 066 893
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
IMGA Ações América - CAT I	779 506	625 857	-	1 405 363	-	1 405 363
IMGA European Equities - CAT I	583 005	1 120 241	-	1 703 246	-	1 703 246
IMGA Money Market - CAT I	753 820	1 337	-	755 156	-	755 156
	2 116 330	1 747 435	-	3 863 765	-	3 863 765
OIC domiciliados Estado membro UE						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	2 933 325	141 072	-	3 074 397	-	3 074 397
AMUNDI CORE MSCI JAPAN-ACC_ETF	2 202 177	173 553	-	2 375 730	-	2 375 730
Amundi Core S&P 500 SWAP UCITS ETF	2 211 410	24 662	-	2 236 072	-	2 236 072
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	4 707 230	318 940	-	5 026 170	-	5 026 170
Amundi Funds - Emerging Markets Bond	1 073 000	11 867	-	1 084 867	-	1 084 867
Amundi MSCI AC Asia Pacific Ex Japan	5 068 072	449 448	-	5 517 520	-	5 517 520
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	10 095 985	966 525	-	11 062 510	-	11 062 510
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	1 786	22	-	1 808	-	1 808
BLKR ADV EUR EQ-D EUR ACC	900 000	30 233	-	930 232	-	930 232
Carmignac Portfolio- Long-Short European Equities	2 534 621	282 071	-	2 816 692	-	2 816 692
DWS Invest - Artificial Intelligence US	1 694 568	227 840	-	1 922 408	-	1 922 408
Fidelity-Usd Bnd-I Acc Eur H	140	1	-	141	-	141
Fisher Invts Instl US Small & Mid-Cap Core Eq USD	905	209	(905)	209	-	209
GENE INV-EURO BND-G1X EUR AC	1 381 000	14 479	-	1 395 479	-	1 395 479
Goldman Sachs Absolute Retunr Tracker	1 671 000	79 323	-	1 750 323	-	1 750 323
GS GROWTH & EMMKT DEBT - IAEH	299 000	1 251	-	300 251	-	300 251
Janus Hend-MLT SC INC-H2 HEU	94	3	-	97	-	97
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	3 297 740	224 275	-	3 522 015	-	3 522 015
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	5 174 447	1 277 254	(126 072)	6 325 629	-	6 325 629
Lyxor ETF S&P 500-A	10 565 280	1 614 860	-	12 180 140	-	12 180 140
Magna New Frontiers FD-G Eur	866 612	412 961	-	1 279 573	-	1 279 573
MFS MERID-BLND RE EUR-IF1EUR	900 000	52 565	-	952 565	-	952 565
PIMCO GIS-INCOME FUND-INSEHA	750	29	-	778	-	778
UBAM - Global High Yield Solution	0	0	-	0	-	0
Wellington Strategic European EQ-S EUR AC	647 430	273 823	-	921 253	-	921 253
	58 226 572	6 577 264	(126 977)	64 676 859	-	64 676 859
OIC domiciliados E. não membro UE						
BARING UMBR. EM MKT SOV DEBT C EUR	220 000	2 704	-	222 704	-	222 704
Ishares JPM EM LCL GOV BND	796 831	13 596	-	810 427	-	810 427
IShares MSCI ERP MID CAP-ACC	6 158 280	758 593	-	6 916 873	-	6 916 873
IShares NASDAQ 100 UCITS-ETF	1 960 279	365 814	-	2 326 093	-	2 326 093
SPDR S&P 500 Eur Hedge ACC	4 180 728	55 662	-	4 236 391	-	4 236 391
	13 316 118	1 196 370	-	14 512 488	-	14 512 488
TOTAL	**80 602 762**	**9 615 779**	**(126 977)**	**90 091 564**	**28 441**	**90 120 005**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	3 021 013	137 580 485	139 983 245	618 253
TOTAL	3 021 013	137 580 485	139 983 245	618 253

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a) As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a) As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b) Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2026, o OIC tem acordado junto do Millennium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €500.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2026, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
CHF	895	-	-	-	-	-	895
DKK	294	-	-	-	-	-	294
GBP	335 294	-	-	-	-	-	335 294
JPY	5 721 980	-	-	-	-	-	5 721 980
SEK	991	-	-	-	-	-	991
USD	12 735 024	-	(1 001 875)	-	-	(1 001 875)	11 733 149
Contravalor Euro	11 598 043	-	(879 301)	-	-	(879 301)	10 718 742

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	1 907 460	-	1 907 460
de 3 a 5 anos	3 921 943	-	-	-	-	3 921 943
de 5 a 7 anos	-	-	-	(2 895 850)	-	(2 895 850)
mais de 7 anos	3 144 950	-	-	9 840 954	-	12 985 904

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2026, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma

(Valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	9 105 627	-	9 105 627
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	635 740	1.47%	984	1.47%
Comissão de Depósito	22 530	0.05%	35	0.05%
Taxa de Supervisão	6 339	0.01%	8	0.01%
Custos de Auditoria	2 487	0.01%	4	0.01%
Encargos outros OIC	174 580	0.40%	270	0.40%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	22 018	0.05%	34	0.05%
Outros Custos Correntes	3 611	0.01%	6	0.01%
TOTAL	867 304		1 341	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	2.00%		2.00%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 95 716 242 euros e um total de capital do OIC de 94 088 629 euros, incluindo um resultado líquido de 7 857 772 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Alocação Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)